

OE “dececionante” fica “aquém das necessidades das empresas”

As associações empresariais tecem duras críticas à proposta orçamental do Governo. Há passos no bom sentido, mas falha em dar resposta aos pedidos das empresas, tanto ao nível da tributação das pessoas coletivas como dos singulares. Pedem “correções” no Parlamento.

Miguel Baltazar



O tecido empresarial critica de forma transversal o Orçamento proposto pelo Ministro das Finanças.

PAULO MOUTINHO*
paulomoutinho@negocios.pt

O Governo quer criar melhores condições para as empresas e para as famílias, procurando puxar pela economia. Esperava-se, por isso, uma fiscalidade mais branda, como tem sido prometido, mas a proposta de Orçamento do Estado para 2026 falha nesse objetivo. As associações empresariais conside-

ram que o documento do Executivo de Luís Montenegro fica aquém do que é preciso fazer para dar um impulso ao país.

“Num enquadramento internacional de grande incerteza, de desaceleração económica, de juros ainda elevados, e de agravamento significativo de custos de exploração, este OE não traz grandes surpresas e continua a apostar pouco nas empresas”, diz José Eduardo Carvalho, presidente da AEP.

“Para as empresas, este Orçamento é completamente dececio-

nante”, diz João Vieira Lopes, presidente da CCP, ao Negócios. “Trata-se de uma proposta insuficiente face ao contexto económico nacional e internacional, particularmente no que respeita ao apoio às empresas e à criação de condições mais favoráveis à competitividade e ao crescimento”, acrescenta o presidente da AEP, Luís Miguel Ribeiro. “Fica claramente aquém das necessidades das empresas”, atira.

“A única medida neste OE 2026 que caminha no sentido cer-

to, tendo em atenção o aumento da competitividade das empresas é a redução num ponto percentual do IRC”, acrescenta o responsável da AEP, classificando-a de “positiva, mas ainda insuficiente”. Também a Business Roundtable Portugal (BRP) vê essa decisão no caminho certo, mas há um “mas...”.

É “um passo na direção certa, mas a existência simultânea de taxas reduzidas, taxas gerais e derramas progressivas faz com que a taxa efetiva mais do que duplique entre o lucro de uma pequena empresa e

“

Para as empresas, este Orçamento do Estado é completamente dececionante.

JOÃO VIEIRA LOPES
Presidente da CCP

Ameaça ao SIFIDE “preocupa”. País precisa de I&D

O Executivo abriu a porta ao fim dos benefícios fiscais do SIFIDE via fundos. Associações temem o fim, alertando que são essenciais para o país.

o de uma grande”, afirma a BRP. Por isso mesmo diz que “é um desincentivo direto à escala e, portanto, aos melhores salários”.

No caso do IRC, “a baixa já estava prevista”, lembra a CCP, salientando que também tinha proposto uma atualização de 50 para 100 mil euros no valor a que seria aplicada a taxa reduzida de 15% para as PME, mas não foram ouvidos. E estava também previsto que “nesta legislatura as tributações autónomas baixassem, reduzindo-se todos os anos”, refere João Vieira Lopes. Mas, “no primeiro ano, a baixa que foi feita já foi engolidada pela inflação”, razão pela qual “propusemos que houvesse uma baixa para 10% em 2026”, remata.

Escalões de IRS aumentam receita do Estado

Não é só na fiscalidade que recai sobre as empresas que a proposta apresentada pelo Governo merece críticas. Também falha, na perspectiva das associações empresariais, na questão salarial. Há uma atualização do IRS, mas ficou aquém da mexida que deveria ter acontecido.

O Executivo apresentou uma proposta de atualização dos escalões de IRS em 3,51%. “No acordo de concertação social está prevista uma atualização 4,6%. Como é que

nós vamos convencer as empresas a aumentarem em 4,6%?”, questiona o presidente da CCP.

“A CIP vê uma erosão dos salários líquidos” na proposta de OE 2026. A “atualização de escalões de rendimento da tabela de IRS em 3,51% em 2026 é abaixo do necessário para assegurar a neutralidade fiscal”, diz Rafael Alves Rocha, diretor-geral da CIP. “Até junho, em termos homólogos, os salários estavam a crescer acima dos 7%”.

João Vieira Lopes diz que, “no fundo, [o Governo] quer aumentar a receita de Estado. Porque os escalões são referencial [para a atualização dos salários]. Estas situações não são nada positivas, são dececionantes”.

ABRP, por seu lado, foca-se no salário mínimo, criticando a revisão para os 920 euros. “A subida do salário mínimo, sem uma reforma estrutural do IRS, faz com que um trabalhador que suba ligeiramente o seu rendimento entregue 64% do aumento ao Estado. É uma decisão injusta e contraproducente, que desincentiva o esforço e perpetua um modelo onde o salário mínimo passou de 5% para 24% dos trabalhadores neste século”.

À espera das negociações
Perante tantas falhas, a expectati-

va é de que na negociação da proposta de OE possa haver alterações que levem a uma melhoria do documento. “AAEP reitera a sua expectativa de que a discussão parlamentar decorra de forma construtiva e permita a adoção de medidas alinhadas com a visão de um modelo de desenvolvimento económico mais competitivo e sustentável, seja no âmbito do próprio Orçamento ou através de legislação autónoma”, diz Luís Miguel Ribeiro.

“Esperamos que, na discussão na especialidade ou fora da Lei do Orçamento do Estado, seja possível aprovar importantes medidas de natureza fiscal que reputamos como fundamentais”, diz a CIP, apontando para o Regime Geral de Taxas e Contribuições, mas também um regime fiscal simplificado para as microempresas e um 15.º mês “sem as suas atuais limitações”.

Também a BRP pede “correções no Parlamento” que levem o OE 2026 a “promover o sucesso, o investimento e o crescimento, que são as bases de um país mais próspero e justo”. Depois, diz Carlos Moreira da Silva, “é preciso executar com urgência, porque o tempo de diagnosticar já passou. Agora é tempo de fazer acontecer. Não há um minuto a perder”. ■

*Com **HN/RN/PVR/IPM**

O Governo está a preparar o fim dos benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), quando realizados através de fundos de investimento. É uma das novidades inscritas na proposta de Orçamento do Estado para 2026 que está a preocupar as empresas. Questionam, inclusive, se há fundamentação para terminar com um incentivo considerado vital para a competitividade da economia nacional.

AAEP vê “com muita preocupação e espera que a aprovação desta medida não se concretize”. O SIFIDE, acrescenta Luís Miguel Ribeiro, “tem sido um instrumento importante no incentivo à inovação, investigação e desenvolvimento empresarial, contribuindo para a melhoria da competitividade e para uma especialização da economia portuguesa geradora de maior valor acrescentado”. E lembra que “apostar na inovação é apostar em mais riqueza, em qualificações mais elevadas e em melhores remunerações”.

“Questionamo-nos se esta medida [de acabar com estes incentivos] está fundamentada em dados, estudos ou elementos que demonstrem que o SIFIDE indireto se tem revelado ineficaz para alcançar o objeti-

vo deste sistema: apoiar o esforço de Investigação e Desenvolvimento (I&D) das empresas em Portugal”, refere a CIP.

“Esta modalidade do SIFIDE tem permitido às empresas libertar verbas (pela dedutibilidade fiscal) para a realização de novos investimentos”, diz a AEP que, diz, “nesse sentido, tem contribuído para que as empresas tenham maior capacidade de investir, uma variável fundamental para o desenvolvimento da atividade empresarial e para a criação ou manutenção de emprego”.

Para Rafael Alves Rocha, diretor-geral da CIP, defende que só se o Executivo demonstrar que houve falhas nesta modalidade do SIFIDE “entendemos justificável acabar com esta vertente do SIFIDE”. Mas, remata: “desde que a poupança em termos de despesa fiscal fosse canalizada para a vertente direta” destes investimentos, num país com um claro défice.

“Portugal tem acumulado um défice de investimento (público e privado) de mais de 40% do PIB face à média da União Europeia, e o Orçamento continua demasiado centrado em investimento público e fundos europeus, cuja execução tem sido muito baixa”, diz a BRP. “Falta sobretudo a coragem para mobilizar o investimento privado, nomeadamente através da revisão do SIFIDE, que poderia alargar incentivos a todo o investimento produtivo”, acrescenta a associação.

José Eduardo Carvalho diz que “havia necessidade de proceder a alguns ajustamentos” ao SIFIDE, na sua opinião. Contudo, “vê-se que é muito mais fácil para os governos suprimir benefícios fiscais do que eliminar impostos”, atira o presidente da AIP. ■

PM/HN/RN/PVR/IPM



A única medida neste OE 2026 que caminha no sentido certo [...] é a redução num ponto percentual do IRC.

BRP



A atualização de escalões da tabela de IRS em 3,51% em 2026 é abaixo do necessário.

RAFAEL ALVES ROCHA
Diretor-geral da CIP



É uma proposta insuficiente face ao contexto económico nacional e internacional.

LUÍS MIGUEL RIBEIRO
Presidente da AEP

Executivo ainda não decidiu, mas abriu a porta ao fim do SIFIDE através dos fundos.